

A VEZ DO SILÊNCIO

*Laís Corrêa de Araújo**

RESUMO

O texto trata da dominação da Igreja sobre a personalidade feminina, que se concretizou no Brasil dos anos 40 no index de romances do Frei Pedro Sinzig, estudado por Aparecida Paiva em **A voz do veto**.

Num tempo de vacas magras, sintoma evidente da ausência de estímulo e de recepção pública, o papel das Universidades é o de tentar bravamente, contra a falta de verbas, suprir o mofino mercado cultural com textos de amplo espectro, que alimentem a inteligência e instiguem a curiosidade pelo saber do cidadão alfabetizado. Entre nós, em Minas, sempre houve a lenda de um povo de elevada consciência crítica, junto à famosa erudição caraciana, à maturidade poética e ficcional (de Tomás Gonzaga a Drummond, de Affonso Arinos a Guimarães Rosa), do pensamento e tensão filosófica, tudo isso se inscrevendo definitivamente como o fiel da balança da cultura nacional. Se essa concepção confina com a lenda, é porque a profusão de “mitos intelectuais” leva-nos a abstrair facilmente o reverso da medalha de mérito, tão bem posta à vista pela obra de Affonso Ávila, arguta e demolidora (ver, especialmente, o “Código de Minas”) ou pela incontinência verbo-visual de Sebastião Nunes.

Passa por essa linha de contenção e limites a atitude de veto tácito à explicitação da rebeldia, veto que omite a competência e a pertinência de textos e atos de coragem e desafio. Em todos os vários momentos da história da cultura mineira, detecta-se o medo ao espelho chinês que, segundo a tradição taoista, nos devolve, multiplicada, a imagem do mal que destilamos, como a inveja, o horror à novidade, o arrepio do moralismo – todos os conceitos do dicionário burguês/conservador da “mineiridade”. É perceptível a dificuldade aposta ao apelo ao investimento cultural,

* Escritora.

seja por parte de instituições de direito público ou privado, é perceptível o que se esconde por trás da alegada “deficiência financeira” ou, pior ainda, da nenhuma esperança, que se apoia na idéia de “não haver retorno econômico”.

Entretanto, algumas universidades tentam manter ainda o estandarte desbotado e rasgado que lhes dá a sinalização de “templo do saber”. Alguma coisa se publica, em geral teses universitárias, as mais digeríveis e passíveis de algum sucesso de venda. É de se notar que nossos mestres/doutores que, afinal, são os orientadores desses trabalhos e que deviam estar atentos aos temas e sua análise, se encontram atualmente sob a pressão da mídia impositiva e aderem facilmente à facilidade, pela utopia da conquista do presente, do efêmero emergente, da auréola mística do popular. Determinaram, pois, a relevância de alguns postulados, como a não propriedade da autoria, isto é, ninguém é dono de um texto, que é apenas citação de outros textos, restauração de outras linguagens, uso livre e idéias pré-lançadas, vale dizer apropriação da cultura alheia que, por sua vez, também é citação... e por aí vai. Um segundo postulado retorna e coloca em evidência os chamados temas eternos, ou temas triviais, redimindo o verso de caco de vidro, o colorido multifacetado e sempre igual dos balbucios infantis, o sentimento germinal e o ritmo instintivo da emoção padronizada.

A publicação de algumas teses universitárias, como a edição de revistas de nível cultural abrangente, tem sido o vínculo quase único (e precário) de ligação entre a Academia, no sentido real da palavra, e a Sociedade – deliberadamente excluída do contexto do conhecimento/informação/mídia. São tentativas isoladas e a seu modo utópicas de conquista de um público, além do desafio econômico que a tarefa árdua de divulgação significa. É desalentador constatar que um autor – seja ele poeta, ficcionista, ensaísta – tem de desdobrar-se em “dublê” de editor, revisor e distribuidor de seu produto, já elaborado com tantos e desconhecidos sacrifícios. Ainda estamos, em meio a promessas eleitoreiras inócuas, mergulhados no artesanato editorial que nos obriga à luta.

Este melancólico panorama do estado letal da dita cultura mineira leva-nos a respeitar, em primeiro lugar, o compromisso do escritor com a sua obra, no sentido de garantir-lhe uma efetiva realização, desde a escolha de seu tema, as dificuldades de pesquisa e bibliografia, a severidade e o rigor da concepção e conceitualização, a exegese e interpretação de um dado estágio, evento ou ideologia analisados. Estamos diante do texto de Aparecida Paiva, recentemente lançado e intitulado **A voz do veto**. Estamos colocados diante do problema da censura explícita, do obscurecimento estético, do sinal vermelho parando o trânsito das idéias e da opacidade do conservadorismo – elementos de formação de uma *moral* que tangencia o direito de conhecer e optar, inclusive assinalado pelo “livre arbítrio” que a própria religião nos concede.

Talvez o público capaz de perceber as amarras da essência da censura hoje se restrinja aos maiores de 60 anos, àqueles que conheceram e viveram a prepotência ética da Igreja Católica que estipulara então os arquétipos culturais da sociedade, especialmente a mineira, orientada pelo “senso grave da ordem”, onde o preceito do

bom comportamento constringia o ser ao preceito da submissão às regras propostas para o bem geral. De fato, quem sofreu a ditadura de Vargas e seu látigo sobre a liberdade individual, as conseqüências da 2ª Grande Guerra no Brasil e suas restrições econômicas e sociais, é o receptor ideal do estudo de **A voz do veto**. Esse período de uma espécie de “terror à novidade” está, infelizmente, gravado na consciência dos que desejavam escutar os sons e sinais do mundo, para compreender e aspirar a uma nova civilização aberta a todos os ventos e experiências do progresso.

O que Aparecida Paiva tenta mostrar – e demonstrar – é que o monstro da “censura moral” pairava como harpias destruidoras sobre a criação literária num tempo em que a leitura (ou a informação em geral) era considerada mais como uma forma de perversão mental, abalando os espíritos e até mesmo prejudicando seu funcionamento (cita a autora o caso de Dom Quixote). Realmente, a mediação da literatura na formação educacional, especialmente da mulher, era justamente acusada de criar, alimentar e postular até a realização de sonhos ou a contravenção do segredo. O cerceamento da mulher eqüivalia, então, à rédea do cavaleiro, a quem cabia manter estável e uniforme o andamento do animal-mulher, predisposto, com certeza, aos galopes da imaginação e à vontade de transgressão de que o exemplo fundamental era a Eva bíblica.

Era preciso, portanto, esmigalhar a cabeça da serpente tentadora ou seja “Expurgar da mulher a ‘maioridade’ a ela conferida pelos escritores”, reduzindo a uma baixa qualidade os textos destinados ao público feminino, cuja ecolalia torna-se exemplar para a anestesia do pensamento crítico ou apenas indagador. Institui-se a delimitação cerrada entre o bem e o mal, conceituando-se de um lado os postulados da religião com o *bom estético*, o único possível, o único significativo, enquanto de outro lado a liberdade de expressão importava na depravação dos costumes e sua expansão. Bem esclarecido esse princípio da moral católica, cabia à Igreja o papel de censora, de condenar liminarmente qualquer publicação que pudesse desestabilizar o seu controle sobre a sociedade.

À maneira do **Index Liborum Prohibitorum** do Vaticano, encarregou-se no Brasil ao Frei Pedro Sinzig um “guia para as consciências”, ou seja um trabalho de depuração do (mau) hábito de leitura, especialmente a ficção, capaz de preencher e extrapolar as estruturas imaginativas. É com a obra **Através dos romances** que o diligente frei ditava as regras do convívio pacífico com as letras, estigmatizando aqueles nomes capazes de deformar os espíritos ingênuos e simples... Curioso é observar que o index nacional era utilizado, indicado e mantido pelas mulheres, as quais colaboravam efetiva e regularmente com Frei Pedro Sinzig na apreciação “crítica” de vários textos da época, de modo a tingir assim, por via indireta, a função de educadoras, que era responsabilidade feminina quase exclusiva.

Claro que havia as “insurgentes”, aquelas que consideravam o veto eclesial uma provocação e um convite ao conhecimento e à independência, que buscavam avidamente perceber o “pecado: apontado pelo manual e não aceitavam a condena-

ção liminar de Frei Sinzig e suas colaboradoras (como Amélia Rodrigues e outras ditas escritoras da época) incapazes de discernir estética de ideologia, criação de princípios morais e linguagem de pensamentos estáticos e uniformes. Aparecida Paiva, em seu estudo, questiona a tutela e censura católicas, impostas especialmente nos educandários que normatizavam a vida social, atribuindo-lhe a “boa intenção” de espalhar o BEM e coibir o mal, mas ainda assim a ineficácia de sua pregação “catequética”. De fato, o público atingido pela obra **Através dos romances** era aquele adrede conquistado pela formação religiosa estratificada pelo ritual da educação feminina, isto é, aquele público já psicológica e socialmente amoldado à interdição de todos os atos determinantes da vida, aos empreendimentos da liberdade de escolha, um público cujo perfil se delineava à exaustão como o da “rainha do lar”, a provedora dos bens da virtude, da inocência, da fé, da reta submissão ao “destino” da mulher.

É esse ângulo de dominação da Igreja sobre a personalidade feminina, que deveria ter sido acentuado pela autora, a estratégia adotada para um controle identificador de papéis sexuais, a repressão da censura que exerce seu poder sobre a “consciência” (a responsabilidade) de traçar linhas retas para o imaginário e conseqüente conduta moral da mulher, essa marca da condenação, que subjaz ao propósito da análise de **Através dos romances**. Tal concepção parece-nos o fulcro mais importante da intencionalidade desse guia, que não tem parâmetros estéticos e, sobretudo, visa fechar a mulher em um espaço de clausura intelectual bastante restrito, de modo que não tenha uma expressão pessoal nem atinja o domínio público ou ainda venha a provocar relações imprevistas ou a dinâmica social estabelecida e arditosamente apresentada. Os efeitos dessa ordenação espiritual foram, no entanto, bastante moderados e, muitas vezes acabavam por ser incitantes e desobedecidas aquelas normas de silêncio e negação literários. O veto à capacidade feminina de apreensão da realidade e expressão de sua individualidade tornou-se logo um veto ao universo do pensamento e, conseqüentemente, foi corroído pelas possibilidades de novas trajetórias apresentadas à mulher pelo tempo, o progresso e, sobretudo, as contingências econômicas da civilização.

ABSTRACT

The text deals with the control of the Catholic Church over women's minds that took in the 40's in Brazil the form of an index of novels published by the friar Pedro Sinzig, lately studied by Aparecida Paiva in the book **A voz do veto**.